

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/RJ**

**CONCORRÊNCIA Nº 02/2025**

**C. PACHECO CONSTRUCOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.767.694/0001-85, com sede na Rua Professora Maria Emília Esteves, nº 72, Sobreloja, Sala 03 – Centro – São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP: 25.780-000, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165, inciso II, §4º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o recurso apresentado por **ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**, vem apresentar **CONTRARRAZÕES** na forma adiante.

Inicialmente, convém salientar que a desclassificação originalmente, ocorreu por decisão da comissão licitante, nos seguintes termos:

Informo que a empresa ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA encontra-se INABILITADA, por NÃO apresentar os seguintes documentos: Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, item 7.3.3 do edital; Carta de Preposição, item 7.7 do edital; Certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competente, item 7.4.1.1 do edital; falta dos documentos que deveriam vir junto com a proposta, CONTINUA... quais sejam, proposta Planilha orçamentária com demonstrativo de composição do BDI, Cronograma e Memória de cálculo. PELO SETOR CONTÁBIL: Ausência do Balanço Patrimonial referente aos exercícios de 2024, conforme exigido no Art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e no item 7.4.2.2 do Edital; Não apresentação do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício de 2024, conforme previsto no item 7.4.2.1 do Edital; Ausência da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do exercício de 2024, igualmente exigida pelo item 7.4.2.1 do Edital. PELO SETOR TECNICO: A licitante não apresentou atestados que comprove a execução dos serviços conforme os itens de relevância solicitados e exigidos no item 7.5.8 do edital; A licitante não apresentou o registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), conforme o disposto no item 7.5.7 do edital; A licitante não apresentou a proposta em conformidade com o Anexo 10 do edital.

Ocorre que, contrariando os limites do que estabelece o art. 64 da lei 14.133/2021, a comissão entendeu por bem abrir diligência para juntada de novos documentos com a atribuição de “regularização de falha formal.”

A decisão da Comissão de Licitação de **autorizar a juntada de novos documentos por licitantes inabilitados** constitui medida claramente **ilegal**, na medida em que **não se trata de mera regularização de falha formal** sanável nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

Antes de qualquer consideração sobre o mérito do recurso da empresa **ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**, é essencial destacar que já foi interposto recurso próprio pela empresa ora interessada, C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, demonstrando de forma clara e objetiva **a ilegalidade da reabertura de prazo** promovida pela Comissão de Licitação em favor da empresa COSTA E FREITAS CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Tal reabertura, autorizando a juntada de documentos após a fase de habilitação, **contraria frontalmente o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece de forma clara:

*“Não será permitida a complementação posterior de documentos que deveriam ter sido apresentados no momento da habilitação, salvo para sanar falhas formais que não alterem a substância dos documentos.”*

No caso concreto, não se trata de falhas formais, mas sim da apresentação extemporânea de **documentos essenciais à habilitação técnica**, cuja ausência impunha a inabilitação da licitante beneficiada.

Assim, o vício já foi **amplamente apontado pela C. PACHECO**, com pedido expresso de **anulação da habilitação da empresa Costa e Freitas** e prosseguimento do certame com a **única licitante devidamente habilitada**, nos exatos termos do edital: **a própria C. PACHECO**.

No tocante a “segunda inabilitação”, objeto do presente recurso, compulsando os autos, alega a Recorrente **ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA** que foi desclassificada em razão de não ter cumprido os seguintes itens:

1. Ausência de balanço patrimonial do exercício de 2024;
2. Ausência de atestados técnicos referentes à escavação e instalações de incêndio.

A apresentação do balanço patrimonial tem por objetivo a constatação, pela administração, da situação financeira da empresa licitante e sua real capacidade financeira de contratar e executar o objeto daquele contrato.

Alega a recorrente que sua inabilitação é indevida pois teria apresentado os balanços relativos aos exercícios de 2022 e 2023, e que em razão do prazo para apresentação do balanço do exercício assinalado pelo art.1.078 do código civil não ter se esgotado, não poderia ter sido desclassificada.

Ocorre que o exercício social de 2024 encerrou-se em 31/12/2024, e, portanto, a teor do art. 1078 do código civil invocado, o prazo para realização do balanço se encerraria em **30 de abril de 2025**, sendo certo que a abertura das propostas foi efetivada em 27/05/2025.

O artigo 132 da Lei 6.404/76 que disciplina a as sociedades por ações, assim estabelece:

Art. 132. Anualmente, **nos 4 (quatro) primeiros meses** seguintes ao término do exercício social, deverá haver 1 (uma) assembleia-geral para:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;

IV - aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

Deste modo, ao contrário do que afirma a recorrente, o prazo para apresentação do balanço já havia se esgotado quando da realização do certame licitatório, que foi realizado em maio de 2025.

O Acórdão informado pela recorrente (Acórdão TCU 1659/2015 – Plenário) se aplicaria a hipótese, caso a licitação fosse realizada dentro do mês de abril de 2025, o que não ocorreu. Logo, a referência jurisprudencial em nada aproveita a recorrente.

Argumenta ainda a recorrente que o citado balanço seria um documento cuja ausência seria superável. Ora, evidente que a apresentação do balanço atualizado é **FUDAMENTAL** a segurança financeira diante de um contrato de significativo valor, como no caso da presente licitação.

Noutro ponto do recurso, que concerne a **exigência técnica**, melhor sorte não tem a recorrente. Sabe-se que o acervo técnico de uma empresa visa dar segurança ao contratante no que concerne ao objeto da contratação, para que a administração tenha ciência de que seu contratado poderá executar o objeto da contratação.

No caso de uma obra, que possuía várias etapas e diferentes serviços, evidentemente que a qualificação deve ser demonstrada em relação ao conjunto dos serviços a serem executado, haja vista que a contratação é para realização PARA TODA OBRA, e não de etapas.

A segurança da obra deve ser demonstrada através da comprovação de que a empresa tem qualificação, técnica para executar todos os serviços e etapas da obra, independente dos custos daquelas etapas sejam de menor ou maior valor.

Assim, a demonstração aptidão técnica é a mais importante informação que de que necessita da administração para efetivar uma contratação, já que se constitui em garantia de que o contratado tem comprovada experiência para executar aquela tarefa.

No caso vertente, a recorrente não atendeu ao item 7.5.8 quanto a comprovação dos itens devidamente exigidos no edital e que dizem respeito a escavação e quanto ao item de prevenção de incêndio. Ora, não se trata de meros itens de menor significância, ao contrário. Ambos dizem respeito a segurança da obra e de seu uso regular, e por isso foram exigidos.

Nesse sentido, cabe trazer orientação do TCU (habilitação técnica orientação 5.5.2) que menciona:

“Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.”

Logo, o critério adotado pela comissão segue a orientação do TCU, sem qualquer excesso, e cuja exigência a recorrente tinha prévio conhecimento, razão pela qual deve ser rejeitado.

Por tudo exposto, requer:

- a) Que seja analisado com prioridade o recurso interposto pela própria empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**, por versar sobre matéria prejudicial aos demais recursos, qual seja: a ilegalidade da reabertura de prazo para juntada de documentos pela empresa Costa e Freitas Construção Comércio e Serviços Ltda, em violação ao art. 64 da Lei nº 14.133/2021 —, o que, se acolhido, torna prejudicada qualquer discussão acerca da ordem de classificação entre os demais licitantes;
- b) O não conhecimento do recurso interposto pela empresa ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, diante de sua inabilitação formal e ausência de interesse jurídico;
- c) Subsidiariamente, o indeferimento integral do recurso por inexistência de objeto útil e superposição com o recurso próprio da empresa C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA;
- d) Ao final o prosseguimento do certame com a habilitação exclusiva da empresa C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, única que apresentou todos os documentos exigidos no momento oportuno, de forma regular e em conformidade com a legislação e o edital.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.  
São José do Vale do Rio Preto/RJ, 16 de junho de 2025.

**C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**